MARIA LUCIA PEREIRA CETRARO

Os negócios jurídicos bilaterais como títulos executivos extrajudiciais

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Heitor Vitor Mendonça Sica

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2018

Maria Lucia Pereira Cetraro

Os negócios jurídicos bilaterais como títulos executivos extrajudiciais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual Civil, sob a orientação do Professor Associado Heitor Vitor Mendonça Sica.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Cetraro, Maria Lucia Pereira
Os negócios jurídicos bilaterais como títulos
executivos extrajudiciais / Maria Lucia Pereira Cetraro;
orientador Heitor Vitor Mendonça Sica -- São Paulo, 2018.
253

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade
de São Paulo, 2018.

1. Execução. 2. Título executivo extrajudicial; 3.
Negócio jurídico bilateral. 4 - Obrigações.
I. Sica, Heitor Vitor Mendonça, orient. II. Título

Nome: **CETRARO, Maria Lucia Pereira**

Título: **Os negócios jurídicos bilaterais como títulos executivos extrajudiciais**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual Civil, sob a orientação do Professor Doutor Heitor Vitor Mendonça Sica.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais *José Antônio* e *Inez*,
como uma pequena demonstração
do orgulho infinito que sinto por ser
apenas parte deles.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Heitor Vitor Mendonça Sica, a quem eu devo muito mais do que uma atenta e valiosa orientação. Agradeço imensamente por ter me acolhido nas Arcadas de São Francisco e ter-me permitido acompanhar seu trabalho docente. A seriedade e a dedicação com que você conduz suas atividades são verdadeiramente inspiradoras. Por isso, além das inúmeras lições de processo civil, agradeço pela oportunidade. Se já me sinto privilegiada por participar do programa de pós-graduação desta Faculdade, não sei como descrever a gratidão e o orgulho que sinto por ter integrado o seu time de orientandos.

Aos Professores Fábio Guidi Tabosa Pessoa e Marcelo José Magalhães Bonizzi pela valiosa contribuição que ofereceram na banca de qualificação para o desenvolvimento das ideias expostas nesta dissertação.

Aos membros do Escritório DINAMARCO, ROSSI, BERALDO & BEDAQUE, nas pessoas do Professor Cândido Rangel Dinamarco, Cândido da Silva Dinamarco e Maurício Giannico, agradeço por propiciarem um ambiente profissional produtivo, agradável e respeitoso.

Por falar nesse ambiente, devo um agradecimento especial a Marcos dos Santos Lino, não apenas pela convivência diária e todo o relacionamento pessoal que isso implica, mas por ter acreditado em mim desde o princípio e ter-me incentivado a conquistar o sonho de concluir o mestrado.

Aos amigos que o Escritório me deu e que levo com carinho imenso: Lia Carolina Batista Cintra, Samuel Mezzalira, Stefania Lutti Hummel, Marina Chamusca Passos, Caroline Dal Poz Ezequiel. Agradeço pelos momentos de cumplicidade e paciência quando fui acometida pela angústia durante a elaboração do presente trabalho.

Às amigas que a vida gentilmente me presenteou à época em que vivi em terras lusitanas: Bárbara Vallo e Stella Gioielli. Obrigada por estarem presentes desde então e por serem meus exemplos de perseverança.

Às amigas de infância que tanto me orgulham das raízes criadas em Tatuí: Marina Sallum Barusso, Sâmia Mouallem de Camargo e Camila Galvão Ferreira. Agradeço pelos longos anos de companheirismo e por se fazerem presentes nos momentos mais importantes da minha vida.

Com todo o amor do mundo, agradeço a Deus pela vida de quatro pessoas: José Antônio, Inez, Giuliana e Isabela. E a vocês quatro agradeço por darem sentido à minha. Juntos somos a melhor representação do amor, do respeito e da união. Agradeço a cada um de vocês pelos olhares de conforto, pelas palavras de incentivo, pelas orações silenciosas e pelos abraços cheios de compreensão ao longo dessa jornada. Obrigada, *famiglia* Cetraro.

Por fim, agradeço ao meu companheiro João Guilherme Vertuan Lavrador, pois ao seu lado os momentos difíceis foram suavizados e os momentos de alegria transcenderam. Obrigada por ter-se mantido firme como um soldado, mesmo após tendo vencido a sua própria batalha. Nada disso teria sido possível sem o seu apoio e seu carinho. Espero poder retribuí-lo com o todo o meu amor.

CETRARO, Maria Lucia Pereira. Os negócios jurídicos bilaterais como títulos executivos extrajudiciais. 2018. 253 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 8 de janeiro de 2018.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar as dificuldades encontradas para que alguns negócios jurídicos bilaterais se caracterizem como títulos executivos extrajudiciais. O título executivo deve ser compreendido como um fator que atribui certa segurança ao exercício da tutela jurisdicional executiva em razão de ter em seu conteúdo três características essenciais para a execução forçada: a certeza, a liquidez e a exigibilidade da obrigação. Apesar da função processual que o título executivo exerce, qual seja, a de deflagrar o início do processo de execução, seu conteúdo é composto por elementos do direito material relacionados exclusivamente à obrigação. No âmbito dos títulos executivos extrajudiciais, essa característica se torna relevante, pois, à medida que os negócios jurídicos que eles representam são formados pelo exercício da autonomia negocial das partes, o conteúdo pode ser livremente disposto pelos sujeitos. Pretende-se evidenciar que a liberdade na estipulação sobre a eficácia, tempo e modo de cumprimento das obrigações interfere significativamente na caracterização da certeza, liquidez e exigibilidade retratadas no instrumento que pode vir a ser considerado título executivo.

A partir da classificação feita pelo Direito Civil a respeito das modalidades das obrigações, pretende-se ilustrar algumas situações hipotéticas nas quais a estrutura do negócio jurídico possa gerar dúvida a respeito do conteúdo exigido por lei para fins de atribuição da eficácia executiva. Devido à importância do título executivo e dos efeitos prejudiciais que ele pode causar ao executado por dar início ao processo de execução, o presente estudo analisará o controle judicial sobre sua caracterização, especialmente no momento da admissibilidade da demanda executiva.

Palavras-chaves: título executivo extrajudicial, negócio jurídicos bilaterais, certeza, liquidez, exigibilidade, autonomia da vontade, obrigações, controle judicial

Maria Lucia Pereira Cetraro. The bilateral legal instruments as extrajudicial enforceable titles. 2018. 253 p. – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, January, 8th, 2018.

ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze the difficulties that is found so that some bilateral legal instruments be characterized as extrajudicial enforceable titles. The enforceable title must be comprehended as a factor that assigns certain security to the foreclose jurisdictional tutelage because have in its content three essential characteristics to the executory process: the certain, the liquidity and the enforceability. Despite the procedural function that the enforceable title exercises, that is, to initiate the beginning of the execution, its content is composed by elements of the substantive law that is related exclusively to the obligation. Regarding the extrajudicial enforceable titles, this characteristic become much more relevant, because, as long as the legal transaction that these titles represents are formed by the parties freedom of will, the content of these titles can be freely arranged by them.

It is intended to evidence that the freedom related to the power, time and the form of compliance of the obligations interferes significantly in the characterization of the certain, liquidity and enforceability represented in the instrument that might be considered enforceable title. Starting by the assortment made by the Civil Law regarding the arrangements of the obligations, it is intended to illustrate some hypothetical situations in which the structure of the legal transaction might raise doubts about the legal required content to guarantee the executorial liability. Due to the importance of the enforceable title and the harmful effects that can be caused to the debtor by initiating the executory process, the present paper work will analyze the judicial review over the characterization of the title, specially in the moment of the courts admissibility of the executory process.

Key-words: extrajudicial enforceable titles, bilateral legal instruments, certainty, liquidity, enforceability, autonomy of the will, obligations, judicial control

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	19
II. TÍTULO EXECUTIVO	23
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A EXECUÇÃO FORÇADA	23
1.1. Breve esboço histórico da execução forçada:	
a precedência da atividade cognitiva oriunda da tradição romana	25
1.2. Os princípios da <i>nulla executio sine titulo</i> e <i>nullus titulus sine lege</i>	34
1.3. Autonomia do título executivo:	
direto à tutela jurisdicional executiva vs. direito ao crédito	39
2. FUNÇÃO: INTERESSE DE AGIR OU CAUSA DE PEDIR?	44
2.1. Documento indispensável à propositura da ação	49
3. NATUREZA JURÍDICA	54
4. CONTEÚDO	63
4.1. Obrigações certas	64
4.2. Obrigações líquidas	67
4.1. Obrigações exigíveis	70
III. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL	74
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	74
2. A BUSCA DA ORIGEM DA EFICÁCIA ABSTRATA AOS TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS	77
2.1. Aproximação entre os títulos executivos extrajudiciais e os títulos de crédito	80
3. O RISCO DA ESCOLHA LEGISLATIVA E O EQUACIONAMENTO DO SISTEMA PROCESSUAL: DEFESAS TÍPICAS E MEIOS AUTÔNOMOS DE IMPUGNAÇÃO	87
3.1. Defesas próprias do executado: embargos à execução e impugnação ao cumprimento de sentença	92
3.1.1. Defesas próprias, porém informais:	
simples petições nos autos do processo de execução e recursos	96
3.2. Demandas autônomas prejudiciais à execução	99

IV. NEGÓCIOS JURÍDICOS BILATERAIS COMO TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS	103
1. FIXAÇÃO DE PREMISSAS CONCEITUAIS NO PLANO DO DIREITO MATERIAL	103
1.1. Negócios jurídicos	103
1.1.1. Negócios jurídicos bilaterais	107
1.2. Relação obrigacional	110
2. JUSTIFICATIVA DO ENFOQUE	111
3. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES	114
3.1. Quanto aos elementos acidentais	114
3.1.1. Obrigações condicionais	115
3.1.2. Obrigações a termo	118
3.2. Quanto ao modo de adimplemento	121
3.2.1. Obrigações simples e cumulativas	121
3.2.2. Obrigações alternativas	122
3.3. Quanto à divisibilidade do objeto	127
3.3.1. Obrigações divisíveis e indivisíveis	127
3.4. Quanto à ordem de cumprimento	131
3.4.1. Obrigações sucessivas	131
3.4.2. Obrigações simultâneas	133
3.5. Quanto à liquidez do objeto	140
3.5.1. Obrigações líquidas e ilíquidas	140
4. ELEMENTOS EXTERNOS AO INSTRUMENTO HABILITADO A FIGURAR COMO TÍTULO EXECUTIVO E SUA IMPRESCINDIBILIDADE PARA A CARACTERIZAÇÃO DOS REQUISITOS DA OBRIGAÇÃO	147
4.1. Ônus do exequente e a representação documental dos elementos externos	152
V. CONTROLE JUDICIAL SOBRE OS TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS	162
1. CONSTATAÇÕES PARCIAIS	162
2. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA DEMANDA EXECUTIVA	164
2.1. O mérito no processo de execução	171
2.1.1. Questões de mérito no processo de execução?	173
2.1.2. Primazia do julgamento de mérito no processo de execução?	174
2.1.3. Coisa julgada material no processo de execução?	179
2.2. Cognição sumária e o juízo de probabilidade	182
2.3. Importância do juízo de admissibilidade na execução	194
2.4. O pronunciamento judicial sobre a petição inicial	199

2.4.1. Juízo <i>neutro</i> ou <i>ordinatório</i> de admissibilidade	199
2.4.2. Juízo <i>negativo</i> de admissibilidade	203
2.4.3. Juízo <i>positivo</i> de admissibilidade	210
2.5. Motivação e recorribilidade das decisões proferidas em juízo de admissibilidade	211
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CONTROLE JUDICIAL DOS TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS	217
4. REFLEXÕES SOBRE CIRCUNSTÂNCIAS SUPERVENIENTES AO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE QUE INTERFEREM NOS RUMOS DA EXECUÇÃO CIVIL	222
VI. CONCLUSÕES	227
VII. REFERÊNCIAS	233

I. INTRODUÇÃO

A tutela jurisdicional executiva tem como escopo conferir efetividade prática a um preceito jurídico, razão pela qual é caracterizada pela preponderância da realização de atos executivos.

O instrumento que permite que essa atividade seja deflagrada é denominado *título executivo*, o qual não está conceitualmente definido no ordenamento, mas encontra nele seus parâmetros de constituição, tais como a indicação de *quais* atos e fatos jurídicos documentados são considerados títulos (tipicidade legal¹), em alguns casos, a *forma* com que devem se revestir (formalidades) e o *conteúdo* que devem apresentar (certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação²).

A definição do conteúdo é extremamente relevante, pois tem a função de identificar a norma jurídica individualizada ao caso concreto. É através da conjunção dos elementos da certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação no plano do direito material que se permite verificar “aquele que deve”, “a quem se deve”, “o quê e quanto se deve” e que é chegado o momento de se exigir o cumprimento, aspectos imprescindíveis para balizar o exercício da tutela jurisdicional executiva.

Sobre esses temas e outros correlatos à disciplina dos títulos executivos que tratará o Capítulo II do presente trabalho. A partir de um breve esboço histórico sobre a execução forçada, pretende-se demonstrar que a atividade executiva encara um conflito entre os princípios da segurança sobre a definição do direito e da celeridade em sua realização; e que a função do título executivo é apenas a de propiciar o início da realização da atividade executiva.

Com base nisso, analisaremos o papel que ele desenvolve no processo, se se enquadra como uma das condições da ação (interesse de agir) ou um dos elementos da demanda executiva (causa de pedir). Faremos ainda o registro sobre a conhecida polêmica doutrinária a respeito de sua natureza jurídica e abordaremos os predicados de direito material eleitos pelo legislador para a composição de seu conteúdo.

Feitas essas considerações de ordem geral à disciplina dos títulos executivos, iniciaremos nossa investigação a respeito da categoria dos títulos executivos

¹- Conforme arts. 515 e 784 do Código de Processo Civil, para títulos executivos judiciais e extrajudiciais, respectivamente.

²- Tais elementos estão previstos nos arts. 783 e 786 do Código de Processo Civil.

extrajudiciais. Eis, então, o primeiro recorte temático do presente trabalho, o qual, contudo, não tratará individualmente das hipóteses legais contidas no rol do art. 784 do Código de Processo Civil, tampouco aquelas tantas previstas na legislação esparsa³.

Diferentemente dos títulos executivos judiciais, que são precedidos de uma atividade jurisdicional incumbida de definir a norma jurídica individualizada sobre a qual recairá a atividade executiva, os títulos executivos extrajudiciais compreendem, em sua maioria⁴, atos praticados por particulares, o que nos instiga a decifrar as razões pelas quais o legislador considerou que determinadas situações mereciam ser tuteladas de forma distinta, mais célere, atribuindo-lhes eficácia executiva abstrata.

Justamente por representarem, de modo estático, relações jurídicas que se desenvolvem de forma dinâmica, e considerando que a norma jurídica individualizada que ele retrata é apresentada ao Poder Judiciário sem as considerações do obrigado sobre sua concretude, identificou-se que maiores são os riscos de os títulos executivos extrajudiciais ensejarem execuções injustas. Por essa razão, fomos levados a abordar o modo como o sistema processual equacionou essa operação, sobretudo a repercussão no âmbito das possibilidades de defesa do executado. Tais temas compõem o objeto do Capítulo III.

Dito isso, passamos a nos questionar: quais atos jurídicos são os mais delicados para configurarem como títulos executivos extrajudiciais e quais situações, e por quê, tornam duvidosa a atribuição da eficácia executiva?

Para responder a essas indagações voltamos os olhos ao plano do direito material. É lá que se encontram disciplinadas as *obrigações*, objetos de todas as execuções, e também os *negócios jurídicos* firmados como expressão da autonomia da vontade, uma das mais importantes fontes pelas quais as obrigações surgem no mundo jurídico.

Ao celebrarem um negócio jurídico, as partes são livres para, dentro dos limites do ordenamento, deliberar sobre o conteúdo do negócio, dispor sobre o modo de constituição de uma obrigação, o tempo e condições de eficácia, bem como sobre a forma

³- Apenas para que tenha uma ideia em termos quantitativos, as anotações ao art. 784 do Código de Processo Civil elaboradas por Theotonio Negrão, José Roberto F. Gouvêa, Luis Guilherme A. Bondioli e João Francisco Naves da Fonseca descrevem aproximadamente *trinta* títulos executivos extrajudiciais previstos em lei esparsas (NEGRÃO, Theotonio; GOUVÊA, José Roberto Ferreira; BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar; FONSECA, João Francisco Naves da. *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*. 47. ed. atual. e reform. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 720-721).

⁴- Não se ignora que atos decorrentes da atividade administrativa do Estado ou por ele delegada integram o rol de títulos executivos extrajudiciais (CPC, art. 784, incs. VII, IX e XI).

de seu cumprimento. Isso, por si só, personaliza as circunstâncias de cada caso concreto relacionadas à configuração da certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação que eventualmente seja submetida à execução forçada.

Dentro desse contexto, o presente estudo propõe mais um recorte em seu tema: que os títulos executivos sejam analisados sob a perspectiva dos *negócios jurídicos bilaterais*, no sentido dos contratos comutativos ou sinalagmáticos, nos quais os interesses das partes são contrapostos e, em regra, não tendem a se estender no tempo⁵.

A essas características (a contraposição dos interesses e o escopo de dar cumprimento imediato ao negócio normalmente) normalmente associa a categoria dos negócios jurídicos bilaterais à reciprocidade de obrigações, de modo que a exigibilidade da prestação de um dos sujeitos fica intrinsecamente relacionada ao cumprimento da contraprestação devida pelo outro.

O fato de, em uma mesma relação jurídica, cada sujeito ser credor e devedor ao mesmo tempo é extremamente interessante de ser tratado no âmbito da execução forçada, pois a correspectividade entre as obrigações impõe que a exequibilidade de cada uma seja analisada no contexto que engloba ambas. Essa relação de dependência acrescenta elementos fáticos a serem considerados pelo juiz, sobretudo, na análise da exigibilidade das obrigações.

Não sendo possível catalogar todas as hipóteses de negócios jurídicos bilaterais, o presente trabalho se propõe a explorar, a partir de exemplos hipotéticos, algumas situações em que a liberdade das partes atua sobre as mais diversas facetas das obrigações, dispondo sobre elementos que definem a produção de efeitos, o modo de adimplemento, a divisibilidade do objeto, a ordem de cumprimento etc.

O objetivo dessa exposição é propor situações concretas em torno das quais, a autonomia da vontade das partes na formação de negócios jurídicos bilaterais, estruture a relação jurídica de modo a tornar duvidosa a presença dos requisitos legais para a liberação da eficácia executiva

O incentivo para essa tarefa é alcançar uma reflexão interdisciplinar a respeito do tratamento que o direito processual civil pode dar a situações contextualizadas no plano do direito material, o que espera seja feito no Capítulo IV da presente dissertação.

⁵- FORGIONI, Paula A. *Teoria geral dos contratos empresariais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 155, 177.

A partir das constatações de que as especificidades das relações jurídicas decorrentes de negócios jurídicos bilaterais podem impactar na caracterização dos títulos executivos e, consequentemente, no preenchimento de requisitos para a liberação da eficácia executiva, o Capítulo V do trabalho se propõe a analisar o tratamento dessas questões no processo judicial, especialmente na atividade de cognição sumária desenvolvida no momento da admissibilidade da demanda executiva.

Para tanto, pretende-se evidenciar a importância e a seriedade com que essa atividade cognitiva inicial deva ser desenvolvida, pois, além de causar repercussões práticas prejudiciais ao executado, em regra ela basta para que as atividades executivas sejam realizadas até a efetiva satisfação do exequente.

Por fim, com o escopo de destacar que a situação jurídica retratada no título executivo está sujeita a se modificar em virtude da dinâmica de seu desenvolvimento no plano do direito substancial, faremos algumas breves reflexões sobre os impactos que essas circunstâncias supervenientes podem causar nos rumos da execução civil.

VI. CONCLUSÕES

Diante das considerações apresentadas no presente trabalho, podemos concluir que a atividade jurisdicional executiva pressupõe que a norma jurídica sobre a qual atuará esteja individualizada ao caso concreto. Para que o Estado inicie sua empreitada de realizar atos executivos com vistas à satisfação do exequente, o ordenamento exige que a norma jurídica esteja instrumentalizada em um documento que contenha determinadas características formais e substanciais, ao que denominamos de *título executivo*.

Em seu aspecto substancial, o título executivo é composto pelos atributos da certeza, liquidez e exigibilidade, os quais foram eleitos pelo legislador como forma de evidenciar que a obrigação está definida, quantificada e em condições de ser satisfeita. Dessa representação se infere a probabilidade de que o direito ali retratado exista no âmbito do direito material e é essa aparência do direito que permite que a execução seja deflagrada.

Embora o título executivo seja composto por elementos do direito material relacionados à obrigação que representa, é importantíssimo destacar que ele é autônomo em relação à efetiva existência do direito, o que revela que sua função tem viés processual, no sentido de propiciar o exercício da jurisdição *in executivis*. Diante dessa constatação, é de rigor concluir que o título executivo integra uma das condições da ação executiva, qual seja, a modalidade da *adequação* do binômio do interesse de agir, pois sua presença é imprescindível para a viabilidade da tutela executiva.

A concepção de que o título executivo é composto por elementos de natureza formal e substancial, ambos definidos pelo legislador, indica que não se pode desprezar seu aspecto documental, nem o desconectar integralmente da relação jurídica subjacente, pois a comunhão desses elementos é o que atribui eficácia executiva ao título.

A partir dessas constatações, tentou-se desvendar os motivos pelos quais o legislador atribuiu a mesma eficácia executiva dos títulos judiciais, os quais são precedidos de atividade jurisdicional em torno da definição da norma jurídica, aos títulos executivos extrajudiciais, decorrentes, em sua maioria, de atos praticados entre particulares.

Em certa medida, identificou-se que a disciplina dos títulos executivos extrajudiciais (gênero) incorporou algumas características dos títulos de crédito (espécie) – literalidade, incorporação, cartularidade e formalismo – com o escopo de obter a mesma

segurança quanto ao conteúdo do título que é própria dos títulos de crédito, em razão de sua finalidade de viabilizar a circulação de riquezas.

Entretanto, a tentativa de transposição das características da espécie não se mostrou suficiente para justificar a eficácia executiva abstrata conferida por lei ao gênero dos títulos executivos, pois a autonomia dos títulos de crédito, que compreende a desvinculação do direito de seu titular com as relações anteriores à sua posse, não pode ser transportada a todas às outras espécies de títulos executivos, já que sua finalidade processual não autoriza que sejam separados da relação de direito material subjacente.

À falta de outros elementos o que pudessem justificar a atribuição da eficácia executiva aos títulos extrajudiciais, aliado ao reconhecimento de que essa categoria é composta por espécies extremamente heterogêneas entre si, consideramos que a eficácia executiva abstrata decorre do exercício de atividade discricionária do legislador. E, ao conferir esse poder de deflagrar diretamente a execução a alguns atos praticados por particulares, dando inegável vantagem aos portadores de títulos executivos extrajudiciais, a contrapartida oferecida pelo sistema foi a de permitir ampla possibilidade de desconstruir esse efeito por meio da reação do executado.

Nesse sentido, tentamos evidenciar que o sistema admite diversas formas, em diferentes momentos, para que o executado se afaste da ameaça de lesão ao seu patrimônio, busque a desconstituição da agressão ou, em última medida, alcance a reparação pelos danos causados por uma execução injusta. Dessa forma, a ampla possibilidade para que o executado apresente resistência compreende não apenas diversos mecanismos de defesa (modalidades típicas e tradicionais como os embargos à execução, outras também típicas, mas pouco menos usuais como simples petições e recursos e, por fim, até mesmo demandas autônomas), como também a possibilidade ilimitada de matérias que podem ser alegadas para esse fim.

A análise do rol dos títulos executivos extrajudiciais contido no art. 784 do Código de Processo Civil revelou a falta de uniformidade no tratamento dessa categoria, tendo em vista que ora o legislador fez referência exclusiva ao documento que os instrumentaliza (CPC, art. 784, incs. I, II, III, IV e IX), ora aos atos neles documentados (CPC, art. 784, incs. V e VI), ora aos próprios créditos (CPC, art. 784, incs. VII e X) e ora fez referência a mais de uma dessas características (CPC, art. 784, inc. VIII).

Diante da falta de consenso nos critérios estabelecidos pela legislação processual, decidimos analisar os atos jurídicos aptos a configurarem títulos executivos extrajudiciais no plano do direito material. Para tanto, elegemos como foco do presente estudo os *negócios jurídicos bilaterais* por, fundamentalmente, três razões: (a) são a fonte mais expressiva de obrigações no mundo jurídico; (b) são firmados pela autonomia da vontade das partes, as quais detém liberdade para (dentro dos limites do ordenamento) dispor sobre o modo de constituição das obrigações, o tempo e condições de eficácia, a forma de seu cumprimento etc.; e (c) normalmente são associados à bilateralidade e reciprocidade de obrigações, no sentido de que a exigibilidade de uma prestação fica atrelada ao cumprimento da contraprestação que lhe é correspondente.

O intuito da escolha consiste em evidenciar que a liberdade exercida no plano do direito material para modelar os negócios jurídicos tem o condão de criar circunstâncias personalizadas aos casos concretos, de modo que a análise sobre a possível atribuição da eficácia executiva deve estar contextualizada à dinâmica contratual, ensejando, portanto, um rígido exame de admissibilidade no momento da propositura da demanda executiva fundada nesse tipo de título executivo extrajudicial.

Diferentemente de outros títulos executivos extrajudiciais, nos quais há regulamentação legal sobre o conteúdo das relações jurídicas – o que confere certa previsibilidade sobre os contornos da obrigação (v.g. obrigações tributárias, obrigações decorrentes dos títulos de crédito, obrigações securitárias etc.) – os negócios jurídicos bilaterais podem trazer inúmeras situações autorizadas pelo direito material que podem ser enquadradas nas hipóteses legais do art. 784 do Código de Processo Civil que preveem apenas aspectos formais do instrumento (v.g. documento público assinado pelo devedor, documento particular assinado pelo devedor e duas testemunhas, instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Pública, advogados ou conciliadores e mediadores – CPC, art. 784, incs. II, III e IV).

Com base nessa multiplicidade de circunstâncias, o presente estudo propôs a reflexão sobre a possível configuração dos negócios jurídicos bilaterais como títulos executivos extrajudiciais a partir das modalidades de obrigações segundo a perspectiva do direito material.

Procurou-se demonstrar que a liberdade das partes na definição do conteúdo da relação jurídica interfere diretamente na modulação da certeza, liquidez e exigibilidade das obrigações que devem compor os títulos para a liberação da eficácia executiva. Ademais, procurou-se evidenciar que, a depender do modo como as obrigações estão retratadas, a presença dos requisitos da certeza, liquidez e exigibilidade pode demandar elementos externos aos instrumentos aptos a caracterizarem como títulos executivos.

Embora seja extremamente comum a lição de que o título é necessário para deflagrar a execução, pouco se fala sobre as situações em que ele, isoladamente considerado, não é suficiente para cumprir seu mister, por não trazer estampado todos os atributos da obrigação exequenda, mas apenas fornecer os parâmetros para o alcance.

Com isso, está a se chamar a atenção sobre a possibilidade de que a eficácia executiva atribuída ao título seja decorrente da formação de um processo gradativo, tal como ocorre, exemplificadamente, com alguns títulos judiciais, como a sentença que condena ao pagamento de quantia ilíquida e é submetida à liquidação e a sentença que julga relação submetida a termo ou condição e que precisa ser complementada com a prova do implemento desses eventos, e também com alguns títulos extrajudiciais, como a duplicata não aceita que necessita ser complementada com o protesto e estar acompanhada do recibo de entrega da mercadoria, o contrato de seguro de vida que precisa da apresentação da certidão de óbito etc.

Nos títulos executivos extrajudiciais decorrentes de negócios jurídicos bilaterais, havendo reciprocidade de obrigações, a dinâmica contratual ditará a necessidade de complementar a apresentação do instrumento com elementos externos que demonstrem a exigibilidade da obrigação que se pretende executar.

Para os fins da execução forçada, todas essas situações envolvem atividade cognitiva. A diferença é que nos títulos executivos judiciais, a atividade executiva é deflagrada após cognição exauriente sobre a maioria dos atributos da obrigação exequenda, e nos títulos executivos extrajudiciais a atividade executiva é deflagrada após cognição sumária exercida no momento da admissibilidade da demanda.

Eis aí um ponto importante para a demanda executiva, pois sendo sumária a cognição a respeito do conteúdo do título executivo extrajudicial, os elementos externos que eventualmente venham a compor seu conteúdo devem, desde logo, ser apresentados. Isto é, devem acompanhar o título executivo para que a convicção sobre o conjunto desses

elementos autorize a liberação da eficácia executiva. Por essa razão, constitui ônus do exequente apresentá-los por meio documental (prova documental ou documentada), de modo a permitir a verificação imediata sobre o fato registrado.

Feitas essas considerações, procurou-se demonstrar a importância do juízo de admissibilidade no processo de execução, especialmente em razão das circunstâncias práticas prejudiciais ao executado (que fica sujeito a penhora de bens, busca e apreensão etc.) que sobrevêm com o processamento da demanda.

Ademais, a situação de vantagem do exequente normalmente é desconstituída apenas em demanda própria movida pelo devedor. Até o momento do julgamento dos embargos à execução (não tendo havido a atribuição de efeito suspensivo), prevalecem os efeitos extraídos do juízo positivo de admissibilidade, de modo que, se não houver oposição de defesa por parte do executado, tal juízo inicial sumário terá sido definitivo, pois tal decisão não precisa sequer ser confirmada posteriormente.

A seriedade exigida para o exame de admissibilidade da demanda executiva torna extremamente importante o *diálogo* do juiz com as partes, reconhecidamente incentivado pelo Código de Processo Civil de 2015. Confere-se ao exequente não apenas a oportunidade de corrigir determinadas falhas da petição inicial, mas também de prestar esclarecimentos sobre a exequibilidade da obrigação, ou ainda refletir sobre a viabilidade da demanda à luz de eventuais e sugestivas ponderações do magistrado sobre a pertinência na adoção de outros procedimentos, como ação de cobrança pelo procedimento comum ou a ação monitória.

Importante considerar que o escopo de se evitar a extinção do processo por decisões terminativas também se aplica aos embargos à execução, como prestígio à primazia do julgamento de mérito. Após a oposição dos embargos que veiculem questões extintivas, impeditivas ou modificativas da pretensão de crédito, sendo detectado algum vício que possa ensejar a extinção do processo pela ausência de pressupostos processuais ou condições da ação, entendemos que deva ser priorizada a decisão de mérito que resolva o conflito com o reconhecimento da inexistência da obrigação no plano do direito substancial, conforme orientam os arts. 282, § 2º e 488 do Código de Processo Civil.

Por fim, com o escopo de destacar que o título executivo é necessário para deflagrar a execução, mas que o rumo desta nem sempre será por ele definido, reputamos

importante considerar a ocorrência de situações supervenientes à propositura da demanda que alterem o bem da vida ou impactem na realização da prestação pretendida.

Nas situações de perecimento, depreciação da coisa ou impossibilidade de realização da prestação, a dinâmica da relação do plano do direito material suplanta o registro do título executivo, convertendo a obrigação nele retratada (de fazer, não fazer ou de entregar coisa) em perdas e danos, o que torna imperiosa a realização de atividade cognitiva, em incidente de liquidação, com a finalidade de quantificar seu valor para que a atividade jurisdicional prossiga sob a forma de execução por quantia certa.

VII. REFERÊNCIAS

ABELHA, Marcelo. *Manual de execução civil*, 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ALMEIDA, José Ferreira de. Algumas considerações sobre o problema da natureza e função do título executivo. In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, v. 19, p. 5-113, 1966.

AMARAL SANTOS, Moacyr. *Primeiras linhas de direito processual civil*. 27. ed. atual. por Maria Beatriz Amaral Santos Köhnen. São Paulo: Saraiva, 2011, v. 2.

_____. *Primeiras linhas de direito processual civil*. 25. ed. atual. por Maria Beatriz Amaral Santos Köhnen. São Paulo: Saraiva, 2011, v. 3.

ANDOLINA, Italo Augusto. *Contributo alla dottrina del titolo esecutivo*. Milão: Giuffrè Editore, 1982.

_____. “Cognizione” ed “esecuzione forzata” nel sistema della tutela giurisdizionale. Milão: Giuffrè Editore, 1983.

ANDRADE, Manuel A. Domingues de. *Teoria geral da relação jurídica: facto jurídico, em especial negócio jurídico*. 8ª ed. Coimbra: Almedina, 1998, v. II, reimpressão.

ANTUNES, José A. Engrácia. *Os títulos de crédito: uma introdução*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

ARAÚJO, Luciano Vianna. Contrato verbal de locação é título executivo extrajudicial? In: SCARPINELLA BUENO, Cassio e WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coords.). *Aspectos polêmicos da nova execução*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 4.

ARENHART, Sérgio Cruz. A defesa do executado pela via recursal. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coords.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, v. 4.

ARMELIN, Donaldo. *Legitimidade para agir no direito processual civil brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

ASCARELLI, Tullio. *Teoria geral dos títulos de crédito*. Campinas: Servanda Editora, 2009.

ASSIS, Araken de. *Comentários ao Código de Processo Civil*: arts. 566 a 645. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2009, v. VI.

_____. *Manual da execução*. 19. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

_____. *Manual da execução*. 14. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. *Resolução do contrato por inadimplemento*. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Teoria geral do direito civil: parte geral*. São Paulo: Atlas, 2012.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico e declaração negocial*: noções gerais e formação da declaração negocial. 1986. Tese (Titularidade) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*. 4. ed. atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10.01.2002). São Paulo: Saraiva, 2002.

AVEZEDO, Luiz Carlos de. *Da penhora*. São Paulo: Resenha Tributária, 1994.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. A motivação das decisões judiciais como garantia inerente ao Estado de Direito. *Temas de direito processual*: segunda série. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

_____. Execução sujeita a condição ou a termo no processo civil brasileiro. *Temas de direito processual*: sétima série. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. *O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento*. 29. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

_____. Saneamento do processo e audiência preliminar. *Revista de Processo*, v. 40, p. 109-135, out.-dez. 1985.

_____. Sobre pressupostos processuais. *Temas de direito processual*: quarta série. São Paulo: Saraiva, 1989.

_____. Notas sobre a extinção da execução: o art. 794 do CPC em confronto com suas fontes históricas. *Revista da AJURIS*, Porto Alegre, v. 59, nov. 1993.

BASTOS, Antonio Adonias de Aguiar. Comentários ao artigo 783 do CPC de 2015. In: CABRAL, Antonio do Passo; CREMER, Ronaldo (Coords.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

_____. Comentários ao artigo 801 do CPC de 2015. In: CABRAL, Antonio do Passo; CREMER, Ronaldo (coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

BATISTA, Lia Carolina. Pressupostos processuais e efetividade do processo civil: uma tentativa de sistematização. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 214, dez. 2012.

BAUMÖHL, Debora Ines Kram. *A nova execução civil*: a desestruturação do processo de execução. São Paulo: Atlas, 2006 (Coleção Atlas de Processo Civil. Coordenação de Carlos Alberto Carmona).

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Cognição e decisões do juiz no processo executivo. In: FUX, Luiz; NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coords.). *Processo e Constituição*: estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. *Efetividade do processo e técnico processual*. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. *Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência* (tentativa de sistematização). 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BETTI, Emilio. *Teoria generale del negozio giuridico*. Ristampa corretta della II edizione. Nápoles: Edizioni Scientifiche Italiane, 1994.

BONATO, Giovanni. As reformas da execução na Itália. *Civil Procedure Review*, v. 6, p. 129-158, set- dez. 2015. Disponível em: <http://www.civilprocedurereview.com/busca/baixa_arquivo.php?id=124&embedded=true>. Acesso em: 09 nov. 2017.

BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. Aspectos relevantes da tutela do executado na nova reforma do Código de Processo Civil. In: CINCI, Mirna; QUARTIERI, Rita de Cássia Rocha

Conte (Coords.). *Temas atuais da execução civil: estudos em homenagem ao professor Donaldo Armelin*. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Comentários ao art. 585, inc. V, do CPC de 1973. In: ARMELIN, Donaldo et al. *Comentários à execução civil: título judicial e extrajudicial* (artigo por artigo) – de acordo com as leis n. 11.232/2005 e 11.382/2006. São Paulo: Saraiva, 2008.

BONSIGNORI, Angelo. *L'esecuzione forzata*. 3. ed. Turim: G. Giappichelli Editore, 1996.

BOTTALLO, Eduardo Domingos. Execução fiscal, ação declaratória e repetição de indébito. *Revista de Direito Tributário*, São Paulo, n. 50, p. 159-174, out.-dez. 1989.

BULGARELLI, Waldírio. Notas promissórias perfeitas. Inserção de observações a respeito de negócios subjacentes. Decisão judicial pela nulidade das cambiais desconforme o direito cambiário. *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo*, v. 4, jul.-dez. 1999.

CABRAL, Antonio do Passo. A eficácia probatória das mensagens eletrônicas. In *Revista de Processo*, v. 135, p. 97-131, maio 2006.

_____. *Convenções processuais*. Salvador: Juspodivm, 2016.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *A ação no direito processual civil brasileiro*. Salvador: Imprensa Oficial, 1959.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *A nova execução de sentença*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

_____. *Ação rescisória*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

_____. O princípio da primazia da resolução do mérito e o Novo Código de Processo Civil. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2015/10/07/o-principio-da-primazia-da-resolucao-do-merito-e-o-novo-codigo-de-processo-civil/>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo: um comentário à Lei n. 9.307/96*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. Em torno do processo de execução. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério (Coord.). *Processo civil: estudo em comemoração aos 20 anos de vigência do Código de Processo Civil*. São Paulo, Saraiva, 1995.

_____. O processo de liquidação de sentença. In: *Revista de Processo*, v. 60, p. 44-55, out.-dez. 1990.

CARNELUTTI, Francesco. *Diritto e processo nella teoria delle obbligazioni. Studi di diritto processuale in onore di Giuseppe Chiovenda*. Pádua: Cedam, 1927.

_____. *A prova civil*. Tradução da 2. ed. italiana por Lisa Pary Scarpa. 4. ed. Campinas: Bookseller, 2005.

_____. *Diritto e processo*. Nápoles: Morano Editore, 1958.

_____. *Istituzioni del proceso civile italiano*, 5. ed. Roma: Società Editrice del Foro Italiano, 1956, v. I.

_____. *Lezioni di diritto processuale civile: processo di esecuzione*. Pádua: Cedam, 1929, vol. I.

CARVALHO, Luís Fernando de Lima. Os novos títulos executivos extrajudiciais. In CARVALHO, Luís Fernando de Lima (Coord.). *A nova execução de títulos executivos extrajudiciais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CASTRO, Amílcar de. *Do procedimento de execução: Código de Processo Civil*. atual. e rev. por Stanley Martins Frasso e Peterson Venites Kömel Júnior. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

CASTRO, Artur Anselmo de. *A acção executiva, singular, comum e especial*. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1973.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. Tradução de J. Guimarães Menegale e notas de Enrico Tullio Liebman. São Paulo: Saraiva. 1942, v. 1.

_____. *Instituições de direito processual civil*. Tradução da 2. ed. italiana por J. Guimarães Menegale, acompanhada de notas por Enrico Tullio Liebman; com uma introdução do Prof. Alfredo Buzaid. São Paulo: Saraiva, 1945. v. 3.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Dell'azione nascente dal contratto preliminare*. Saggi di diritto processuale civile, v. 1, Roma: Foro Italiano, 1930.

CHIOVITTI, Ana Paula; MOURÃO, Luiz Eduardo Ribeiro. Tutela antecipada e título executivo. In: ARMELIN, Donaldo (Coord.). *Tutelas de urgência e cautelares: estudos em homenagem a Ovídio A. Baptista da Silva*. São Paulo: Saraiva, 2010.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em Números 2016 (ano-base 2015)*: Relatório. Disponível em:

<<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/10/b8f46be3dbb344931a933579915488.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

CORREIA, André de Luizi. *A citação no direito processual civil brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

COSTA, Susana Henriques da. Comentários ao art. 352 do CPC de 2015. In: CABRAL, Antonio do Passo; CREMER, Ronaldo (Coords.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

COSTA, Wille Duarte. *Títulos de crédito*. 4 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

COUTO E SILVA, Clóvis do. *A obrigação como processo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. Reimpressão.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *A causa petendi no processo civil*. 3. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. *A motivação da sentença no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 1987.

_____. Comentários ao art. 489 do CPC de 2015. In: ZANETI JÚNIOR, Hermes. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, v. VIII.

_____. Tutela processual do direito do executado (20 anos de vigência do CPC). *Revista da Ajuris*, Porto Alegre, v. 21, n. 61, jul. 1994.

_____. Conversão da execução de tutela específica em perdas e danos. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-fev-03/paradoxo-corte-conversao-execucao-tutela-especifica-perdas-danos>>. Acesso em: 23 dez 2017.

CRUZ E TUCCI, José Rogério; AZEVEDO, Luiz Carlos. *Lições de história do processo civil romano*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

CRUZ, Luana Pedrosa Figueiredo. As modificações no conceito de sentença à luz dos princípios do sincretismo e da nulla executio sine titulo: alterações em face da lei 11.232/2005. In: SANTOS, Ernane Fidélis dos et al (Coords.). *Execução civil: estudos em homenagem ao Professor Humberto Theodoro Júnior*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

CUNHA, Leonardo. Art. 784. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle (Orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2016.

DANTAS, Marcelo Navarro Ribeiro. Admissibilidade e mérito na execução. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 47, jul.-set. 1987.

DANTAS, San Tiago. *Programa de direito civil II: os contratos*. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1978.

DIDIER Jr, Fredie. Esboço de uma teoria da execução civil. *Revista de Processo*, v. 29, n. 118, nov.-dez. 2004.

_____. O título executivo é uma condição da ação executiva? In: DIDIER JR., Fredie (Coord.). *Execução civil: estudos em homenagem a Paulo Furtado*. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2006.

DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro; BRAGA, Paula Sarno e OLIVEIRA, Rafael. *Curso de direito processual civil*. 4. ed. Salvador: Judpodivm, 2012.

DIDIER JR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael; BRAGA, Paula Sarno. Comentários ao artigo 489 do CPC de 2015. In: CABRAL, Antonio do Passo; CREMER, Ronaldo (Coords.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 15. ed., São Paulo, 2013.

_____. *A reforma do Código de Processo Civil*. 3. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 1996.

_____. As condições da ação na execução forçada. *Revista da AJURIS*, Porto Alegre, v. 34, p. 42-67, jul. 1985.

_____. *Execução civil*, 7. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. *Instituições de direito processual civil*, 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2017, v. II.

_____. *Instituições de direito processual civil*, 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2017, v. III.

_____. *Instituições de direito processual civil*, 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Malheiros, 2009, v. IV.

_____. *Nova era do processo civil*. 4. ed. rev., atual. e aum. São Paulo: Malheiros, 2013.

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Teoria geral do novo processo civil*. São Paulo: Malheiros, 2016.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais*. 18. ed. rev. e atual. de acordo com o novo Código Civil (lei n. 10.406, de 10.01.2002). São Paulo: Saraiva, 2003, v. 3.

FORGIONI, Paula A. *Teoria geral dos contratos empresariais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima. É agravável o ato de ordenar a citação na execução. In SHIMURA, Sérgio; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coords.). *Processo de execução*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

FREITAS, José Lebre de. *A ação executiva: depois da reforma da reforma*. 5. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

_____. Os paradigmas da ação executiva na Europa. *Revista de Processo*, v. 201, nov. 2011.

FRONTINI, Paulo Salvador. *Títulos de crédito e títulos circulatórios: que futuro a informática lhes reserva? Rol e funções à vista de sua crescente desmaterialização*. Revista dos Tribunais, v. 730, ago. 1996.

FUX, Luiz. *O novo processo de execução: cumprimento da sentença e a execução extrajudicial*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GERAIGE NETO, Zaiden. *Ação rescisória: o lento caminhar do direito escrito, comparado às rápidas transformações das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

GIANESINI, Rita. Da recorribilidade do “cite-se”. In NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coords.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

GIANNICO, Maurício. Breves comentários sobre a lei n. 11.382/2006 (processo de execução de título extrajudicial). In: CINCI, Mirna; QUARTIERI, Rita de Cássia Rocha

Conte (Coords.) *Temas atuais da execução civil: estudos em homenagem ao professor Donaldo Armelin*. São Paulo: Saraiva, 2007.

GOMES, Orlando. *Contratos*, 26. ed. rev., atual. e aum. de acordo com o Código Civil de 2002, por Edvaldo Brito. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. *Obrigações*. 17. ed.rev., atual. e aum. de acordo com o Código Civil de 2002, por Edvaldo Brito. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. *Transformações gerais do direito das obrigações*. 2. ed. aum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro: atos processuais a recursos e processo nos tribunais*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, v. 2.

_____. *Direito processual civil brasileiro: processo de execução a procedimentos especiais*. 21. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012, v. 3.

_____. Considerações sobre a ação monitória. In *Revista de Processo*. São Paulo: v. 80, p. 1.111-1.116, out.-dez. 1995.

GRECO, Leonardo. *O processo de execução*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, v. I.

_____. *O processo de execução*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, v. II.

_____. Cognição sumária e coisa julgada. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 275-301, 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/viewFile/20351/14692>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

GREGÓRIO, Ricardo Algarve. Comentários aos arts. 233 a 303. In: FUJITA, Jorge Shiguemitsu et al (Coords.). *Comentários ao Código Civil*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *As condições da ação penal: uma tentativa de revisão*. São Paulo: Bushatsky, 1977.

_____. Cumprimento de sentença. In: CIANCI, Mirna; QUARTIERI, Rita de Cassia Rocha Conte (Coords.). *Temas atuais da execução civil: estudos em homenagem ao professor Donaldo Armelin*. São Paulo: Saraiva, 2007.

GUERRA, Marcelo Lima. *Execução forçada: controle de admissibilidade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

HOFFMAN, Paulo. *Nova execução de título extrajudicial: lei 11.382/2006*. São Paulo: Método, 2007.

KNIJNIK, Danilo. *A prova nos juízos cível, penal e tributário*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

LACAZ, Marina Vessoni Labate. *Obrigações alternativas: características e noções fundamentais*. São Paulo: Almedina, 2016.

LACERDA, Galeno. *Despacho saneador*. 3. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1990.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Embargos do executado: oposições de mérito no processo de execução*. 2. ed. Tradução de J. Guimarães Menegale. São Paulo: Saraiva, 1968.

_____. *Estudos sobre o processo civil brasileiro*, com notas da dra. Ada Pellegrini Grinover. São Paulo: Bushatsky, 1976.

_____. *Estudos sobre o processo civil brasileiro*. São Paulo: Bestbook, 2001.

_____. Il titolo esecutivo riguardo ai terzi. *Problemi del processo civile*. Nápoles: Morano, 1962.

_____. *Manual de direito processual civil*. 3. ed. Tradução e notas de Cândido Rangel Dinamarco. São Paulo: Malheiros, 2005, v. I.

_____. O despacho saneador e o julgamento do mérito. *Revista de Processo*, v. 767, p. 737-753, set. 1999.

_____. *Processo de execução*. 4. ed. com notas de atualização do Prof. Joaquim Munhoz de Mello. São Paulo: Saraiva, 1980.

LOPES, João Batista. *A prova no direito processual civil*. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Tratado de los contratos: parte general*. Santa Fé: Rubinzal Culzoni, 2004.

LUCCA, Rodrigo Ramina de. Liquidação de títulos executivos extrajudiciais. In *Revista Brasileira de Direito Processual*, Belo Horizonte, v. 20, n. 78, abr.-jun. 2012.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Embargos à execução*. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. *Eficácia das decisões e execução provisória*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____. O controle dos atos executivos e a efetividade da execução. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Processo de execução e assuntos afins*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

_____. Comentários ao art. 372 do CPC de 2015. In: CABRAL, Antonio do Passo; CREMER, Ronaldo (Coords.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

_____. Comentários ao art. 809 do CPC de 2015. In: SCARPINELLA BUENO, Cassio (Coord). *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2017, v. 3.

_____. Títulos executivos e multa de 10%. In: SANTOS, Ernane Fidélis dos et al (Coords.). *Execução civil: estudos em homenagem ao Professor Humberto Theodoro Júnior*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. Títulos executivos extrajudiciais e o novo CPC. In: ALVIM, Arruda et al (Coords.). *Execução civil e temas afins – do CPC/1973 ao Novo CPC: estudos em homenagem ao professor Araken de Assis*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MALACHINI, Edson Ribas. Da conversibilidade de um processo em outro, por emenda a petição inicial. *Revista de Processo*, v. 14, n. 54, abr.-jun. 2008.

MAMEDE, Gladston. *Direito empresarial brasileiro: títulos de créditos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011, v. 3.

MANDRIOLI, Crisanto; CARRATTA, Antonio. *Direito processuale civile: l'esecuzione forzata*. 23. ed. Turim: Giappichelli, 2014.

MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. O documento eletrônico como meio de prova. *Revista de Direito Imobiliário*. v. 47, p. 70-102, jul.-dez. 1999.

MARCATO, Antonio Carlos. *O processo monitorio brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Antecipação da tutela*. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2002.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de processo civil: processo de conhecimento*. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, v. 2.

_____. *Curso de processo civil: execução*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, v. 3.

_____. *Curso de processo civil: processo cautelar*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, v. 4.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo código de processo civil comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MARIOTINI, Fabiana Marcello Gonçalves; DALLA, Humberto. Ação monitoria: o embrião da estabilização das tutelas antecipadas. É justificável a existência autônoma das ações monitorias após o NCPC? *Revista de Processo*. v. 271, p. 231-255, set. 2017.

MARQUES, José Frederico. *Manual de Direito Processual Civil*. São Paulo: Saraiva, 1974, v. 3.

_____. *Manual de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 1976, v. 4.

MARTINS, Sandro Gilbert. *A defesa do executado por meio de ações autônomas: defesa heterotópica*. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MAZZEI, Rodrigo. Reforma do CPC 2: nova sistemática processual civil. In: NEVES, Daniel Amorim Assumpção et al. *Reforma do CPC 2: Leis 11.382/2006 e 11.341/2006*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MEDINA, José Miguel Garcia. *Execução civil: teoria geral, princípios fundamentais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. *Novo código de processo civil comentado: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973*. 4. ed. ver. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. O art. 795 do CPC. São Paulo: *Revista de Processo*, v. 88, out.-dez. 1997.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico: plano da existência*, 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDONÇA LIMA, Alcides de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1974, v. VI.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*, 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979, t. I.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1990, v. VI.

_____. Do saneamento do processo. *Revista de Processo*, v. 60, p. 7-14, out.-dez. 1990.

MESQUITA, Lurdes; ROCHA, Francisco Costeira da. *A ação executiva no Novo Código de Processo Civil*. 3. ed. atual. Porto: Vida Económica, 2014.

MESSINEO, Francesco. *Doctrina general del contrato*. Tradução de R. O. Fontanarrosa, S. Sentis Melendo e M. Volterra. Buenos Aires, 1952, t. I.

MIRANDA FILHO, Luiz Antonio Castro de. Breves apontamentos sobre a prova emprestada no novo Código de Processo Civil. In: DIDIER JR, Fredie; JOBIM, Marco Félix; FERREIRA, William Santos (Coords.). *Grandes temas do Novo CPC: direito probatório*. Salvador: Juspodivm, 2015, v. 5.

MIRANDA, Custodio da Piedade Ubaldino. *Teoria geral do negócio jurídico*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MITIDIERO, Daniel. *Antecipação da tutela: da tutela cautelar à técnica antecipatória*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. *Curso de direito civil: direito das obrigações*, 2ª parte, 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, v. 5.

MOREIRA, Alberto Camiña. *Defesa sem embargos do executado: exceção de pré-executividade*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2001.

NEGRÃO, Theotonio; GOUVÊA, José Roberto Ferreira; BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar; FONSECA, João Francisco Naves da. *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*. 47. ed. atual. e reform. São Paulo: Saraiva, 2016.

NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal*: processo civil, penal e administrativo. 10. ed. rev., ampl. e atual. com as novas súmulas do STF (simples e vinculantes) e com análise sobre a relativização da coisa julgada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

NEVES, Celso. *Coisa julgada civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1971.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*: arts. 646 a 795. Rio de Janeiro: Forense, 1974, v. VII.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Recorribilidade do “cite-se” e confusão entre cabimento e interesse recursal. Disponível em: <http://www.professordanielneves.com.br/assets/uploads/novidades/201304231556010.recorribilidade_abr13.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

NOLASCO, Rita Dias. *Exceção de pré-executividade*. São Paulo: Método, 2003.

NONATO, Orosimbo. *Curso de obrigações*: generalidades – espécies. Rio de Janeiro: Forense, 1959, v. II.

NORONHA, Carlos Silveira. A causa de pedir na execução. *Revista de Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 19, n. 75, jul.-set. 1994.

NORONHA, Fernando. *Direito das obrigações*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo, 2010.

NUNES, Dierle. Novo CPC acerta ao manter efeito suspensivo em certas apelações. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-jun-22/dierle-nunes-cpc-acerta-manter-efeito-suspensivo-certas-apelacoes>>. Acesso em: 07 out. 2017.

OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Aspectos processuais da exceção de contrato não cumprido*. Salvador: Editora Juspodivm, 2012.

PEREIRA, Rosalina Pinto da Costa Rodrigues. *Ações prejudiciais à execução por quantia certa contra devedor solvente*. São Paulo: Saraiva, 2001.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado*: parte geral (Pessoas físicas e jurídicas) atualizado por Judith Martins-Costa et al. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. I.

_____. *Tratado de direito privado: parte especial* (Direito das obrigações: obrigações e suas espécies, fontes e espécies das obrigações) atualizado por Nelson Nery Jr., Rosa Maria de Andrade Nery. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, t. XXII.

_____. *Tratado de direito privado: parte especial* (Direito das obrigações: efeitos das dívidas e das obrigações, juros ...) atualizado por Nelson Nery Jr., Rosa Maria de Andrade Nery. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, t. XXIV.

_____. *Tratado de direito privado: parte especial* (Direito das obrigações: consequências do inadimplemento, exceções de contrato não adimplido...) atualizado por Ruy Rosado Aguiar Júnior, Nelson Nery Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, t. XXVI.

_____. *Tratado de direito privado: parte especial* (Direito das obrigações: Responsabilidade das empresas de transporte, exercício ilícito na Justiça...) atualizado por Rui Stoco. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, t. LIV.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Forense, 1976, t. IX.

PORTO, Sérgio Gilberto. *Coisa julgada civil*. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

PROTO PISANI, Andrea. *Lezioni di diritto processuale civile*. 3. ed. Nápoles: Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, 1999.

PUGLIATTI, Salvatore. *Esecuzione forzata e diritto sostanziale*. Milão: Dott. A. Giuffrè Editore, 1935.

REIS, José Alberto dos. *Processo de execução*. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1982. Reimpressão.

RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva. Execução e antecipação de tutela: princípios comuns e sua aplicação visando a efetividade do processo. In: SHIMURA, Sérgio; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coords.). *Processo de execução*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

RIZZARDO, Arnaldo. *Direito das obrigações: lei n. 10.406, de 10.01.2002*. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

RODRIGUES, Cláudia. *O título executivo na execução da dívida ativa da Fazenda Pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

RODRIGUES, Silvio. *Direito civil: parte geral*. 34. ed. atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10-1-2002). São Paulo: Saraiva, 2007, v. 1.

ROPPO, Enzo. *O contrato*. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra, 2009.

ROSENVALD, Nelson. Comentários aos arts. 421 a 652. *Código Civil comentado*. In: Cezar Peluso (Coord.). *Código Civil comentado*. 9. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2015.

SAMPAIO, J. M. Gonçalves. *A acção executiva e a problemática das execuções injustas*. 2. ed. rev. actual. e ampl. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de direito processual civil*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, v. 2.

_____. Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento no processo de execução. *Revista de Processo*, v. 29, p. 41-49, jan.-mar. 1983.

SATTA, Salvatore. *L'esecuzione forzata*. Milão: Giuffrè, 1937.

_____. *L'esecuzione forzata*. Turim: UTET, 1950.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2007, v. 3.

_____. Comentários ao art. 357 do CPC 2015. In: CABRAL, Antonio do Passo; CREMER, Ronaldo (Coords.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

_____. *Curso sistematizado de direito processual civil: tutela jurisdicional executiva*. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2012, v. 3.

SCHENK, Leonardo Faria. Distribuição de competências no processo executivo português reformado. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. III, p. 210-223, jan.-jun. 2009. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/download/22175/16023>. Acesso em: 08 nov. 2017.

SCHMIEDEL, Raquel Campani. *Negócio jurídico: nulidades e medidas sanatórias*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

SERPA LOPES, Miguel Maria de. *Curso de direito civil: obrigações em geral*. 6. ed. rev. e atual. por José Serpa Lopes Santa Maria. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1995, v. II.

_____. *Exceções Substanciais: exceção de contrato não cumprido (exceptio non adimpleti contractus)*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959.

SHIMURA, Sérgio. *Título executivo*. 2. ed. ampl. e atua. São Paulo: Método, 2005.

_____. Comentários ao art. 785 do CPC de 2015. In: SCARPINELLA BUENO, Cassio (Coord). *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2017, v. 3.

_____. Comentários ao art. 801 do CPC de 2015. In: SCARPINELLA BUENO, Cassio (Coord). *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2017, v. 3.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Cognição do juiz na execução civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

_____. *O direito de defesa no processo civil brasileiro: um estudo sobre a posição do réu*. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. Direito processual civil espanhol. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério (Coord.). *Direito processual civil europeu contemporâneo*. São Paulo: Lex, 2010.

_____. Evolução legislativa da fase de saneamento e organização do processo. *Revista de Processo*, v. 255, p. 435-460, maio 2016.

_____. Tendências evolutivas da execução civil brasileira. In: ZUFELATO, Camilo; BONATO, Giovanni; SICA, Heitor Vitor Mendonça; CINTRA, Lia Carolina Batista. *I Colóquio Brasil-Itália de direito processual civil*. Salvador: Juspodium, 2016.

_____. Notas sobre a efetividade da execução civil. In: ALVIM, Arruda (Coord.)...[et al.]. *Execução civil e temas afins – do CPC/1973 ao Novo CPC: estudos em homenagem ao professor Araken de Assis*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SILVA, Carlos Manoel Ferreira da. Um novo operador judiciário: o solicitador de execução – estatuto e funções. In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de (Coords.). *Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ, 2005.

SILVA, Ovídio A. Baptista. *Jurisdição e execução na tradição romano-canônica*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

_____. O contraditório nas ações sumárias. *Revista da Escola Paulista da Magistratura*, v. 2, n. 2, p. 205-242, jul.-dez. 2001.

SILVA, Paula Costa e. *A reforma da acção executiva*. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

SIQUEIRA, Thiago Ferreira. *A responsabilidade patrimonial no novo sistema processual civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

SOUSA, Miguel Teixeira de. *A reforma da acção executiva*. Lisboa: Lex, 2004.

SOUZA, Artur César de. Comentários ao art. 798 do CPC de 2015. In *Código de processo civil: anotado, comentado e interpretado*. São Paulo: Almedina, 2015, v. 3.

SOUZA, Gelson Amaro de. Do saneamento do processo. *Revista dos Tribunais*, v. 679, p. 36-45, maio 1992.

_____. Mérito no processo de execução. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Processo de execução e assuntos afins*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

_____. O Código de Processo Civil de 2015: procedimento na fraude à execução. *Revista de Processo*, v. 40, n. 249, p. 204-229, nov. 2015.

TABOSA PESSOA, Fabio Guidi. Novo CPC: reflexões em torno da imposição e cobrança de multas. *Revista do Advogado*, v. 126, p. 64-75, 2015.

_____. Tutela executiva e prescrição. In: YARSHELL, Flávio Luiz; ZUFFELATO, Camilo (Orgs.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil*. São Paulo: Malheiros, 2013.

TALAMINI, Eduardo. A objeção na execução (exceção de pré-executividade) e a reforma do Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, v. 153, p. 11-32, nov. 2007.

_____. Embargos do executado. *Revista de Processo*, v. 93, p. 90-108, jan.-mar. 1999.

_____. Saneamento do processo. *Revista de Processo*, v. 86, p. 76-111, abr.-jun. 1997.

_____. *Tutela monitoria: a ação monitoria : lei 9.079/95*. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

TARUFFO, Michele. *La motivazione della sentenza civile*. Pádua: Cedam, 1975.

_____. *Uma simples verdade: o juiz e a reconstrução dos fatos*. Tradução de Vitor de Paula Ramos. Marcial Pons: São Paulo, 2012.

TARZIA, Giuseppe. O contraditório no processo executivo. *Revista de Processo*, São Paulo, ano VII, n. 28, p. 55-95, out.-dez. 1982.

TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel. Sobre o sentido e a função dos pressupostos processuais (algumas reflexões sobre o dogma da apreciação prévia dos pressupostos processuais na ação declarativa). *Revista de Processo*, São Paulo, v. 16, jul.-set. 1991.

TEIXEIRA, Guilherme Freire de Barros. *Teoria do princípio da fungibilidade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. *Código Civil interpretado*. São Paulo: Renovar, 2004, v. 1.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Processo de execução*. 21. ed. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 2002.

_____. A cédula de crédito bancário como título executivo extrajudicial no direito brasileiro. *Revista Jurídica*, n. 362, ano 55, dez. 2007.

_____. As vias de execução do Código de Processo Civil brasileiro reformado. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Aspectos polêmicos da nova execução*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. v. 3.

_____. O contrato de abertura de crédito. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Processo de execução e assuntos afins*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

_____. O problema da exequibilidade do cheque emitido em promessa de pagamento e do cheque sem data. *Revista dos Tribunais*, v. 561, jul. 1982.

_____. *Curso de direito processual civil: teoria geral do processo civil e processo de conhecimento*. 49. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. vol. 1.

_____. *Curso de direito processual civil: processo de execução e cumprimento de sentença, processo cautelar e tutela de urgência*. 49. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, v. 2.

VARELA, João de Matos Antunes. *Das obrigações em geral*. 9. ed. Coimbra: Almedina, 1998, v. I.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014, v. 2.

VIANA, Juvêncio Vasconcelos. A causa de pedir na execução. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério; BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Causa de pedir e pedido no processo civil: questões polêmicas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

VIANNA, Luiz Guilherme Paiva. O saneamento no processo de execução. In: ALVIM, Arruda et al (Coords.). *Execução civil e temas afins – do CPC/1973 ao Novo CPC: estudos em homenagem ao professor Araken de Assis*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

VILLAR, Willard de Castro. *Ação executiva*. São Paulo: Saraiva, 1962.

VIVANTE, Cesare. *Trattato di diritto commerciale*. 5. ed. rev. e ampl. Milão: Vallardi, 1924. v. III.

WAMBIER, Luiz Rodrigues e TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de processo civil*, 11. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, v. 1.

_____. *Curso avançado de processo civil*. 11. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, v. 2.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Comentários ao art. 509 do CPC de 2015. In: CABRAL, Antonio do Passo; CREMER, Ronaldo (Coords.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do processo e da sentença*. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. A sentença que extingue a execução. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Processo de execução e assuntos afins*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

_____. *Os agravos no CPC brasileiro*. 4. ed. rev., atual. e ampl. de acordo com a nova Lei do Agravo (Lei 11.187/2005). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. *O dogma da coisa julgada: hipóteses de relativização*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

WATANABE, Kazuo. *Cognição no processo civil*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

WENGER, Leopold. *Actio Iudicati*. Tradução de Roberto Goldschmidt y Jose Julio Santa Pinter, Buenos Aires: Ejea, 1954.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Ação rescisória: juízos rescindente e rescisório*. São Paulo: Malheiros, 2005.

YARSHELL, Flávio Luiz. Ação rescisória e decisões proferidas no processo de execução. In: LOPES, João Batista; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Coords.). *Execução civil (aspectos polêmicos)*. São Paulo: Dialética, 2005.

_____. *Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova*. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. Efetividade do processo de execução e remédios com efeito suspensivo. In: SHIMURA, Sérgio; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coords.). *Processo de execução*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

_____. *Tutela jurisdicional*. São Paulo: Atlas, 1999.

YARSHELL, Flávio Luiz; BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. *Execução civil: novos perfis*. São Paulo: RCS, 2006.

YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. *Execução extrajudicial e devido processo legal*. São Paulo: Atlas, 2010.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo de execução: parte geral*. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. Comentários ao Código de Processo Civil: do processo de execução, arts. 566 a 645. In: SILVA, Ovídio A. Baptista (Coord.). *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, v. 8.

_____. *Título executivo e liquidação*. 2. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.